

**EDcl nos EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.832 - SP
(2018/0039824-3)**

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
EMBARGANTE : **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**
ADVOGADOS : **MARCO VANIN GASPARETTI E OUTRO(S) - SP207221**
DIEGO HERRERA ALVES DE MORAES E OUTRO(S) - SP295549
CAMILA STRAFACCI MAIA TOSTES - DF060668
MUNDIE E ADVOGADOS - SP003143
EMBARGADO : **MUNICIPIO DE BOCAINA**
PROCURADOR : **VIVIANI BERNARDO FRARE SERRA E OUTRO(S) - SP197995**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS CONFIGURADOS.

1. Esta Corte Superior tem atribuído efeitos infringentes aos embargos de declaração, em situações excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que o acolhimento dos embargos tiver como consectário lógico a alteração da decisão. Nesse sentido: EDcl no AgInt no AgRg no AREsp 718.275/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 3/10/2019; EDcl no AgInt no AREsp 1.178.866/RJ, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 9/8/2019; EDcl no AgInt no AgInt no AREsp 878.305/RJ, Relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 26/6/2019.
2. Em uma análise mais aprofundada, mediante os argumentos trazidos no agravo interno, entendo que assiste razão à embargante, que realmente impugnou devidamente todos os fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial, devendo seu recurso especial ser analisado.
3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para dar provimento ao agravo interno.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher os embargos de declaração para, com efeitos infringentes, dar provimento ao agravo interno para conhecer do agravo em recurso especial da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL para posterior julgamento do recurso especial constante das e-STJ fls. 398-425, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente) e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator